



n.4
out./dez.
2017

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editora Executiva

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editor Adjunto

Murilo Gomes da Costa

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima
Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão
Andrés Londoño Niño
Diogo Ives de Quadros
Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves
Leandro Wolpert dos Santos
Leonardo Albarello Weber
Marianna Restum Antonio de Albuquerque
Marília Closs
Murilo Gomes da Costa
Nicolle Garcia Berti

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITÓRIAL

VOLTA AO PASSADO..... PÁGINA 04

ARTIGOS

FRONTEIRAS SUL-AMERICANAS: REFLEXÕES SOBRE AS TENSÕES E OS CONFLITOS RECENTES..... PÁGINA 06

URUGUAI E BOLÍVIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS..... PÁGINA 10

MONITOR ELEITORAL

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO CHILE..... PÁGINA 16

Editorial

Volta ao passado

Foreign policy puts a country ahead of its time¹
Azeredo da Silveira

Esta frase, do chanceler do “pragmatismo responsável”, um dos personagens mais expressivos da história recente da política externa brasileira, expressa o sentido inverso do momento que estamos vivendo. Em que sentido a política externa de um país situado na semi-periferia do ordenamento capitalista global pode estar à frente de seu tempo? Uma possível resposta pode estar na constatação de que o “pragmatismo responsável”, implementado por um governo autoritário em plena Guerra Fria, não seguiu o enredo esperado de um país latino-americano situado no interior da esfera de influência norte-americana. Ainda que o regime político fosse conservador a política externa daquele período retomou temas caros à “política externa independente” dos anos 60, acusada à época de esquerdizante.

Na verdade, a orientação autonomista e terceiro-mundista da política externa da dupla Geisel-Silveira operou a separação da política externa da política doméstica e, portanto, pode estar à frente de seu tempo, refletindo as mudanças no cenário internacional dos anos 70. A principal delas foi o recrudescimento das demandas reformistas do Terceiro Mundo. Como se sabe, Azeredo da Silveira foi Presidente do Grupo dos 77 e Chairman do mesmo na fase final da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento (UNCTAD), em 1968. O G-77 constituiu um dos principais movimentos reformistas com relação ao status quo internacional no período da Guerra Fria.

Mais recentemente, a veia autonomista da política externa foi retomada nos anos 2000 pela parceria Lula-Amorim. Neste caso, em um contexto internacional experimentando uma relativa desconcentração do poder, a partir da emergência dos grandes países periféricos, em especial China e Índia, e condições econômicas e políticas domésticas bastante favoráveis, aquele governo implementou uma política em molde socialdemocrata em que o projeto interno de crescimento com

inclusão social, foi complementado com uma política externa “ativa e ativa” cujos traços principais foram a ambição de reformar o status quo normativo internacional e pôr em prática uma política de solidariedade com os países do Sul. Neste caso, sinergia entre a política externa e a doméstica era evidente, uma vez que o país projetava no exterior sua visão de país. Tal como no pragmatismo, a política externa colocava o país além de seu tempo, como muitas vezes foi proclamando por lideranças internacionais expressivas.

Hoje assistimos a reversão de todos os ganhos externos que foram obtidos pelas políticas externas de corte autonomista do passado e ao profundo retrocesso político exemplificado pela retirada de direitos trabalhistas vigentes desde os anos 30, a ameaça da perda dos mecanismos de proteção social estabelecidos nos governos do PT e a legalização disfarçada da prática do trabalho escravo no meio rural. A política externa vai aos poucos desfazendo algumas das principais iniciativas da política externa “ativa e ativa”, em particular o aprofundamento da relação com América do Sul, a solidariedade com os países africanos, a cooperação Sul-Sul, o investimento em inovação tecnológica, inclusive no campo militar. E como a cereja do bolo de uma política externa apequenada, a solicitação de ingresso à OCDE.

Em sintonia perfeita entre a política externa e a política doméstica dos dias de hoje temos que modificar frase de Azeredo da Silveira, e proclamar que a política externa do governo Temer é uma volta ao passado, em estreita sinergia com as demais políticas governamentais em curso no país.

Ao mesmo tempo em que isso ocorre no Brasil, o Chile elege o candidato da coalizão de centro-direita, Sebastian Piñera, como seu novo presidente da República, adensando a onda conservadora que vem tomando a região, como analisam Murilo Gomes da Costa e Talita Tanscheit no Monitor Eleitoral deste número do Boletim. Paralelamente, também vemos ressurgirem problemas na fronteira entre alguns países prejudicando sobremaneira suas relações bilaterais, assim como as iniciativas de integração regional, como nos esclarece o artigo de Edgar Andrés Londoño Niño, Fronteiras sul-americanas: reflexões sobre as tensões e os conflitos recentes. Por fim, exemplificando tentativas de um maior protagonismo internacional, as principais frentes de atuação de Uruguai e Bolívia em sua sua participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, são analisadas por

¹ Citado em O Pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia, Sérgio E. Moreira Lima, org., Brasília: FUNAG, 2018, p. 5.



André Pimentel Ferreira Leão e Marília Bernardes Closs no artigo Balanço da participação do Uruguai e da Bolívia no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Leticia Pinheiro
Maria Regina Soares de Lima



Fronteiras sul-americanas: reflexões sobre as tensões e os conflitos recentes

Edgar Andrés Londoño Niño
Pesquisador Opa

Introdução

Na história latino-americana não estiveram ausentes conflitos territoriais na consolidação dos Estados-nação, sendo que algumas dessas disputas perduram até os dias de hoje. Particularmente, na América do Sul ocorreram conflitos limítrofes entre Colômbia e Venezuela; Venezuela e Guiana; Guiana e Suriname; Equador e Peru; Bolívia e Chile; Uruguai e Brasil; e Argentina e Chile¹.

Como nota Silva Pucci², a ausência de controvérsias sobre limites na pauta bilateral é um elemento positivo em qualquer intento de aprofundamento da integração fronteiriça. Além disso, iniciativas de integração regional, como o Mercosul, tem avançado nos últimos anos na promoção da cooperação fronteiriça, uma vez que se fortalece a evidência de que as fronteiras não são regiões periféricas da economia regional e global e dos interesses dos Estados, mas que resultam essenciais para qualquer processo de integração na região.

Mas mesmo com limites definidos e sem controvérsias territoriais, ocorrem tensões ao redor das linhas limítrofes, o que afeta tanto a integração fronteiriça, quanto as relações bilaterais e inclusive a integração regional.

Neste texto são discutidas as principais tensões e conflitos recentes nas regiões de fronteira na América do Sul. Esta reflexão é importante para compreender as ameaças e os obstáculos aos atuais processos de integração e cooperação fronteiriça e regional. Assim, os casos analisados neste texto evidenciam que em várias situações prevalece um entendimento negativo da fronteira entre os Estados, na medida em que são consideradas como regiões fechadas e fontes de conflitos. Raffestin³ aponta que existe uma tradição de longa data

1 Cairo, Heriberto & Lois, María (2014). Geografía política de las disputas de fronteras: cambios y continuidades en los discursos geopolíticos en América Latina (1990-2013). Cuadernos de geografía, Revista Colombiana de Geografía. Vol. 23, No.2. Bogotá.

2 Pucci, Adriano Silva (2010). O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai. Brasília: FUNAG.

3 Raffestin, Claude (1993). Por uma geografia do poder. Ática, São Paulo.

de atribuir às fronteiras somente funções negativas, como a ideia de que a fronteira seria um obstáculo e um entrave que limita a liberdade individual ou coletiva.

Essa concepção negativa de fronteira estabelece distâncias entre os Estados, em contraposição às dinâmicas das populações fronteiriças que mantém, mesmo na presença de controvérsias bilaterais, ativos fluxos e interações que impulsionam a cooperação e a integração fronteiriça.

O ressurgimento dos muros

A concepção de fronteira fechada e rígida, melhor exemplificada com o muro de Berlim, experimentou uma importante mudança com a globalização e a emergência de outros atores nas relações internacionais. Porém, nos últimos anos, e especialmente com a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e sua proposta de construir um muro na fronteira desse país com México, nota-se um retorno de concepções negativas tanto das regiões de fronteira, quanto das migrações transfronteiriças e internacionais. Esta postura não se evidencia somente nas políticas dos países do Norte, mas também entre os países do Sul que, em alguns casos, passam a perceber o país vizinho como inimigo.

Nessa lógica, os muros são vistos como ferreamentas da segurança nacional para impedir o contrabando, as migrações e diminuir a porosidade das fronteiras e os crimes fronteiriços associados. A América do Sul temos notícia de dois casos nos quais a concepção negativa de fronteira internacional foi materializada com a construção de muros.

No ano 2015 teve início a construção de um muro na fronteira entre Argentina e Paraguai, nas localidades de Posadas e Encarnación⁴, promovido pelo governo nacional argentino, o governo local de Misiones e a empresa binacional Yacyretá com o fim de combater o contrabando e ter um maior controle nessa região. Esse muro passou a ser denominado o “Muro da Vergonha” e foi demolido um trecho no segundo semestre de 2017⁵, em função das críticas de uma parte da população fronteiriça e de algumas autoridades locais.

Por outra parte, as tensões territoriais en-

4 ABC Color, 18/06/2015. El muro de Posadas. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/el-muro-de-posadas-1399153.html>

5 CLARIN.18/07/2017. En Posadas, empieza a caer el muro de la vergüenza. Disponível em: https://www.clarin.com/arg/arquitectura/posadas-em-pieza-caer-muro-vergüenza_0_rke-DhcSZ.html



tre Equador e Peru retornaram durante o ano 2017. Depois da Guerra de Cenepa, o enfrentamento bélico mais recente da América do Sul em 1995, voltaram as tensões entre os dois países por conta da construção de um muro por parte do Equador na linha limite com o Peru⁶.

O governo peruano solicitou a interrupção da construção e acusou o Equador de não ter sido consultado com relação à obra na linha do limite internacional. Mesmo assim, o Equador continuou com a construção, o que fez com que Peru chamasse de volta o seu embaixador. O Equador, por sua vez, negou que se tratasse de um muro e afirmou que estava sendo construído um parque que também evitaria a o trabalho informal ao redor do canal e as inundações.

Mesmo que o muro construído não tivesse a pretensão de separar as populações dos dois lados da fronteira, percebe-se que, nesse caso, não houve uma coordenação ou pelo menos um diálogo entre os dois países para a gestão compartilhada dos recursos e do território. Este episódio evidencia um grande desafio para os processos de integração na América do Sul, pois na medida em que prevalecem as ações unilaterais, aumentam as possibilidades de conflitos locais nas regiões de fronteira e incidentes diplomáticos entre países vizinhos.

Militarização e fronteiras fechadas

Com o agravamento da crise venezuelana e o isolamento do governo de Nicolás Maduro na América do Sul, as tensões com os vizinhos têm sido constantes. Dentre estes destaca-se a Colômbia, país com o qual a Venezuela compartilha uma longa fronteira e com quem tem tido nas últimas duas décadas várias tensões diplomáticas, envolvendo a militarização e o fechamento das fronteiras em várias ocasiões.

Durante os governos de Hugo Chávez e Álvaro Uribe, as tensões diplomáticas, especialmente por conta da presença de grupos guerrilheiros colombianos nas regiões de fronteira, resultaram na militarização dessas regiões e maiores restrições na mobilidade de pessoas e mercadorias entre os dois países. Desde 2013, com o governo de Nicolás Maduro, as tensões entre os dois países têm se intensifi-

6 EL CONFIDENCIAL, 19/07/2017. El muro que ha 'resucitado' el último conflicto armado entre Perú y Ecuador. Disponível em: https://www.elconfidencial.com/mundo/2017-07-19/ecuador-peru-muro-frontera-conflicto-diplomatico-contrabando_1417195/

cado especialmente na região limítrofe, cujas populações sofrem as consequências dos conflitos entre os dois países. Esta situação conflitiva ficou mais evidente quando em 2015, o governo venezuelano deportou subitamente mais de mil colombianos que moravam na Venezuela, gerando uma crise humanitária na cidade fronteiriça de Cúcuta, em consequência da chegada massiva de colombianos e venezuelanos⁷.

Nos últimos anos, apresentam-se vários casos de incursão de militares da Venezuela em território colombiano tendo os casos mais recentes ocorridos em agosto de 2017⁸ e em novembro do mesmo ano⁹, envolvendo inclusive feridos e um homem assassinado pela Guarda Nacional Venezuelana. Assim, as autoridades colombianas têm denunciado em várias ocasiões, ações violentas de militares venezuelanos¹⁰. Estes fatos demonstram a predominância da visão de fronteira fechada e área de defesa do Estado.

Por outro lado, a demanda boliviana histórica de acesso ao mar, é um caso bem conhecido do conflito territorial entre esse país e o Chile. Entre ambos, foram várias as tensões fronteiriças e os enfrentamentos diplomáticos durante o ano de 2017. Em especial merece destaque o caso em que nove funcionários da alfandega boliviana foram detidos no Chile, em maio de 2017, acusados de ultrapassar a fronteira para cometer crimes, gerando um conflito diplomático entre os dois países que se prolongou por vários meses. Do mesmo modo, em julho de 2017, dois policiais chilenos foram detidos ao cruzar a fronteira na

7 EL ESPECTADOR, 22/04/2015. En 2015 han sido deportados 1.900 colombianos de Venezuela. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/nacional/2015-han-sido-deportados-1900-colombianos-de-venezuela-articulo-556507>

8 EL TIEMPO, 28/08/2017. Incursión de militares venezolanos agudiza crisis en la frontera. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/incursion-de-militares-venezolanos-genero-crisis-en-la-frontera-con-colombia-124288>

9 EL ESPECTADOR, 21/11/2017. Gobierno confirma incursión de militares venezolanos a Colombia. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/nacional/gobierno-confirma-incursion-de-militares-venezolanos-colombia-articulo-724353>

10 EL ESPECTADOR, 27/08/2017. Gobernadores de zonas de frontera con Venezuela denuncian acciones violentas del vecino país. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/politica/gobernadores-de-zonas-de-frontera-con-venezuela-denuncian-acciones-violentas-del-vecino-pais-articulo-710216>



Bolívia¹¹. Em ambos os casos, os funcionários voltaram a seus países após mediações dos respectivos ministérios de relações exteriores e de outras instituições públicas. Além disso, cabe dizer que Bolívia enviou tropas especiais em maio de 2017 ‘a fronteira com Chile para combater o narcotráfico¹², o que se soma às demonstrações de soberania territorial e poderio militar nas fronteiras sul-americanas.

Mas mesmo com a histórica tensão territorial e os múltiplos incidentes recentes na região fronteira entre estes dois países, cabe destacar as várias tentativas de se criar mecanismos bilaterais de diálogo e coordenação ou operações conjuntas para o combate ao narcotráfico e ao contrabando. Desse modo, embora persistentes os conflitos e as tensões nas regiões de fronteira, resulta fundamental a existência de mecanismos permanentes de diálogo e coordenação entre países vizinhos para tratar assuntos fronteiriços, como o Comitês de Fronteira.

Estados Unidos na fronteira sul-americana

A histórica presença política e militar dos Estados Unidos na América Latina, de modo geral, e na América do Sul, de modo particular, também tem se dado nas fronteiras. Assim, a proximidade ou o alinhamento de algumas políticas externas com os Estados Unidos, como a colombiana, tem gerado em alguns casos preocupação e tensões diplomáticas entre países vizinhos, justamente pelo fato da ação que esse país pode ter em regiões de fronteira.

Mesmo que o Brasil nas últimas décadas tenha se mostrado preocupado pela intervenção estadunidense em países vizinhos, como por exemplo com o Plano Colômbia ou com a proposta de instalar bases militares em território colombiano, observa-se que mais recentemente tem demonstrado menor preocupação com uma maior presença dos Estados Unidos nas regiões de fronteira. Assim por exemplo, enquanto no governo de Lula foram

11 EMOL, 07/07/2017. Carabineros detenidos se adentraron 4 km en Bolivia siguiendo a camioneta que no se detuvo en control. Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/Nacional/2017/07/07/865961/Carabineros-detenidos-en-Bolivia-se-adentraron-4-kms-siguiendo-a-camioneta-que-no-se-detuvo-para-control.html>

12 CNN EN ESPAÑOL, 11/05/2017. Bolivia envía grupo de elite de militares a la frontera con Chile en medio de tensión diplomática. Disponível em: <http://cnnespanol.cnn.com/2017/05/11/bolivia-envia-grupo-elite-de-militares-a-la-frontera-con-chile-en-medio-de-tension-diplomatica/>

desenvolvidos projetos na região amazônica, como Sivam/Sipam, alinhados com a política externa de busca de uma maior liderança na América do Sul, estratégia contrária se evidencia durante o governo de Michel Temer. Por exemplo, os exercícios militares conjuntos entre Brasil, Colômbia e Peru, juntamente com os Estados Unidos, constitui um evento inédito. Trata-se da operação América Unida, como foi denominada, e que foi iniciada em novembro de 2017¹³.

No caso da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, tem ocorrido o envio de missões técnicas por parte do governo estadunidense¹⁴ e a presença de delegados permanentes na luta contra o terrorismo e o narcotráfico¹⁵, na qual países como Argentina tem sido considerado como um sócio estratégico.

A presença dos Estados Unidos na região fronteira gera desconfiança em alguns países da região como Venezuela ou Bolívia e pode ser fonte de tensões diplomáticas entre países vizinhos dado o maior poder de influência norte-americana na região.

Considerações finais

A ausência de conflitos fronteiriços é uma dimensão essencial para a integração não somente das regiões de fronteira, mas também para o avanço e a consolidação dos processos de integração regional. Mas como se demonstrou neste texto, tais conflitos não se reduzem a disputas limítrofes, precisamente porque o dinamismo das regiões de fronteira faz com que problemas e realidades nesses territórios adquiram distintas dimensões e intensidades.

Os casos aqui apresentados demonstram que as fronteiras não foram extintas e que a soberania continua sendo central na definição dos interesses dos Estados. Do mesmo modo, estes casos evidenciam que a porosidade das fronteiras faz com que as tensões e conflitos

13 BBC Mundo, 06/05/2017. Los ejercicios militares “inéditos” que tendrán lugar en la triple frontera entre Brasil, Colombia y Perú con la participación de Estados Unidos. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-39826017>

14 ABC COLOR, 06/06/2017. EE.UU. envía misión técnica a la zona de la triple frontera. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/eeuu-envia-mision-tecnica-a-la-zona-de-la-triple-frontera-1600794.html>

15 CLARÍN, 22/06/2017. Estados Unidos enviará a un agregado especial para la Triple Frontera. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/unidos-enviara-agregado-especial-triple-frontera_0_rkPsFPOQW.html



nesses territórios façam parte da dinâmica fronteiriça. Desta forma, cabe aos Estados gerir e buscar estabelecer mecanismos de diálogo e coordenação permanentes que permitam resolver problemas comuns, dada sua natureza transfronteiriça e transnacional.

Contudo, como foi examinado neste texto, persistem, em muitos casos, entendimentos e perspectivas negativas das fronteiras no sentido de compreendê-las como territórios fechados e fonte de conflitos que demandam ações unilaterais com vistas à defesa da soberania territorial de cada Estado. Nessa lógica, a construção de muros, a militarização, o fechamento e controle dos territórios fronteiriços constitui a estratégia de defesa nacional para as regiões de fronteira em muito dos casos. Do mesmo modo, o papel dos Estados Unidos nas fronteiras sul-americanas põe em dúvida os mecanismos de coordenação entre países vizinhos.

Para consolidar processos de integração regional, resulta então importante dar especial atenção aos processos de cooperação e integração fronteiriça, na medida em que o diálogo entre os países vizinhos viabiliza acordos que podem escalar no plano multilateral. Para isso, resulta importante analisar também as tensões e os conflitos presentes nas regiões de fronteira e como eles podem obstaculizar ditos processos pelo tratamento unilateral de assuntos fronteiriços e a ênfase excessiva na segurança nacional.



Uruguai e Bolívia no Conselho de Segurança das Nações Unidas

André Pimentel Ferreira Leão
Pesquisador OPISA

Marília Bernardes Closs
Pesquisadora OPISA

Introdução

Em 31 de dezembro de 2017, chegou ao fim o mandato de dois anos do Uruguai no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Foi a segunda vez que o país foi eleito para o Conselho – a primeira foi há mais de 50 anos, nos anos de 1965 e 1966 – e obteve uma grande votação na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) (185 votos de um total de 193)¹. Isso foi resultado sobretudo do apoio recebido pelos 33 países² que fazem parte do Grupo Regional das Nações Unidas da América Latina e Caribe (GRULAC). Em 2017 também se encerrou o primeiro ano da Bolívia no Conselho. É a terceira vez que o Estado ocupa um assento não-permanente, e a última vez que havia sido eleita representante fora há quase 40 anos.

Este artigo pretende realizar um breve balanço da participação de Uruguai e Bolívia no Conselho de Segurança, apontando quais foram as principais frentes de atuação de ambos os países e quais foram os resultados dos períodos em que ocuparam a presidência rotativa do órgão.

Uruguai participa do Conselho pela segunda vez na história

Depois de 50 anos ausente, o Uruguai voltou a participar do CSNU como membro não-permanente, tendo sido eleito para o período de 2016-2017. O escolhido para ocupar o cargo de representante uruguaio no órgão foi Elbio Rosselli, anteriormente embaixador no Canadá³. Logo após assumir o cargo no Con-

selho, em janeiro de 2016, o Uruguai também passou a exercer a presidência rotativa, que ocorre mensalmente. Um dos temas⁴ mais importantes que estiveram presentes na agenda de trabalho desse mês foi a análise sobre as forças de paz da ONU no Congo, no Mali, na Somália e no Sudão. Outros assuntos importantes em discussão foram o estabelecimento de um sistema mais transparente para eleger o Secretário-Geral da ONU, a proteção de civis em zonas de conflito, um plano de ação para buscar uma solução para a guerra civil na Síria, e os demais conflitos no Oriente Médio.

O balanço da participação do Uruguai no CSNU, ao fim do primeiro ano, foi positivo. Segundo o Observatorio de Política Exterior del Uruguay⁵, o país teve um papel muito responsável e atuou de forma bastante proativa. Além disso, sua função não se limitou a construir consensos entre os países mais poderosos do órgão. Ele sustentou firmemente a ideia de que o CSNU funcione de forma mais transparente e igualitária e, sempre que houve alguma proposta que se chocou com os princípios da paz e do direito internacional, o Uruguai manifestou sua discordância nas votações.

As principais resoluções adotadas enquanto o Uruguai presidiu o CSNU foram divulgados pelo Ministério de Relaciones Exteriores: 1) adoção da resolução 2260, que renovou o mandato da ONU na Costa do Marfim; 2) adoção da resolução 2261, sobre o estabelecimento de uma missão política especial na Colômbia, encarregada de monitorar o cessar-fogo e as hostilidades bilaterais entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc); 3) adoção da resolução 2262, que renovou o regime de sanções contra a República Centro-Africana até 31 de janeiro de 2017; 4) adoção da resolução 2263, que prorrogou o mandato das Forças da ONU para a manutenção da paz no Chipre. Além disso, houve uma reunião de caráter urgente relativa aos testes nucleares realizados pela Coreia do Norte, cujo resultado foi a emissão de um comunicado de imprensa rechaçando

[pais.com.uy/informacion/onu-vota-uruguay-consejo-seguridad.html](https://www.pais.com.uy/informacion/onu-vota-uruguay-consejo-seguridad.html). Acesso em: 08 jan. 2018.

1 El Observador. Uruguay vuelve al Consejo de Seguridad de ONU tras 50 años, 16/10/2015. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/uruguay-vuelve-al-consejo-seguridad-onu-50-anos-n686221>. Acesso em: 08 jan. 2018.

2 El Observador. Uruguay logró un sillón en el Consejo de Seguridad de la ONU, 02/02/2015. Disponível: <https://www.elobservador.com.uy/uruguay-logro-un-sillon-el-consejo-seguridad-la-onu-n297281>. Acesso em: 08 jan. 2018.

3 El País. ONU vota a Uruguay al Consejo de Seguridad. Disponível em: <https://www.el->

4 República. Uruguay en el Consejo de Seguridad, 02/01/2016. Disponível em: <http://www.republica.com.uy/uruguay-en-el-consejo/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

5 Análise divulgada em estudo da fundação Friedrich Ebert Stiftung do Uruguai.

6 Balanço da participação do Uruguai, do primeiro semestre do ano de 2016.



de forma veemente esse experimento norte-coreano. Por fim, a questão da Síria esteve em pauta, e o Uruguai conclamou aos demais membros do CSNU a necessidade de se permitir o ingresso de ajuda humanitária naquele país, para aliviar o sofrimento da população local.

O Uruguai tem bastante experiência nas atividades relacionadas às operações das forças de paz da ONU. O ministro de Relações Exteriores uruguaio, Rodolfo Nin Novoa, salientou a contribuição histórica do país às operações de paz do organismo⁷. Segundo dados da Escola Nacional de Operações de Paz do Uruguai, o país já enviou um total de 43 mil e 846 soldados⁸, o que representa o maior número de soldados per capita do mundo nesse tipo de operação. No início de 2016, o país contava com 1.511 soldados participando de missões de paz no Congo e no Haiti.

Uma das principais preocupações uruguaias em relação ao CSNU, no seu primeiro ano de participação, referiu-se aos desvios de finalidade do organismo⁹, tendo em vista que a excessiva securitização da agenda internacional levou a que o Conselho passasse a tratar de temas que não são de sua alçada. Em outras palavras, na visão uruguaia, em vez de lidar com as causas estruturais de conflitos, por exemplo, o CSNU tem atuado também nas consequências deles.

Terminado o ano de 2016, a principal conclusão a que chegou a diplomacia uruguaia sobre o funcionamento do órgão diz respeito ao engessamento de sua estrutura¹⁰. Durante cinco décadas, o sistema internacional sofreu uma série de mudanças, por exemplo, a desintegração da União Soviética, a ascensão econômica da China, o avanço do projeto europeu de integração regional, o fortalecimento das capacidades militares de Israel

no Oriente Médio e a conversão do terrorismo em ameaça global. A despeito dessas mudanças importantes, os formuladores da política externa uruguaia entendem que o Conselho de Segurança não cumpre os princípios da Carta da ONU e depende muito da vontade dos membros permanentes, que possuem poder de veto. Um exemplo disso foi a avaliação de Elbio Rosselli¹¹, para quem o balanço sobre o funcionamento do Conselho de Segurança foi negativo, principalmente por conta das divergências entre EUA e Rússia, o que trouxe dificuldades para que se obtivesse acordos sobre temas sensíveis, como a questão da Síria.

No segundo ano de participação do Uruguai no CSNU, em 2017, o país atuou como presidente rotativo no mês de maio. A agenda de trabalho centrou-se na questão da proteção de civis em zonas de conflitos¹². Para isso, foram realizados dois debates abertos: um sobre a violência sexual nessas zonas e outro sobre ataques a hospitais e a pessoas responsáveis pelo setor sanitário. Para o Uruguai, a ideia de organizar esse segundo debate relaciona-se à ineficiência da resolução 2286, aprovada em 2016, que não freou os ataques; ao contrário, houve um recrudescimento deles. Em balanço semestral, divulgado pelo Ministério de Relações Exteriores uruguaio, consta que o país repudiou veementemente a violência sexual, considerando-a como uma das piores agressões à dignidade humana¹³. Além desses dois temas, a guerra civil na Síria, os conflitos no Iêmen e a questão palestina também estiveram em pauta.

No que concerne à situação na Síria, no mês de abril, o Uruguai manteve a mesma postura crítica em relação ao funcionamento do CSNU¹⁴ que tivera no primeiro ano. Quando soube de notícias de que havia tido um ataque aéreo com gás tóxico que vitimou dezenas de pessoas, Elbio Rosselli criticou o Conselho, afirmando que o órgão seguia sendo parte do problema, ao invés da solução, e destacando

11 El Observador. Qué hizo Uruguay en su primer año en el Consejo de Seguridad de la ONU, 15/01/2017. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/que-hizo-uruguay-su-primer-ano-el-consejo-seguridad-la-onu-n1020170>. Acesso em: 08 jan. 2018.

12 República. Consejo de Seguridad: Uruguay asumió Presidencia, 02/05/2017. Disponível em: <http://www.republica.com.uy/asumio/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

13 Balanço da participação do Uruguai, do primeiro semestre do ano de 2017.

14 El Observador. Uruguay pone la mira en el Consejo de Seguridad por Siria, 06/04/2017. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/uruguay-pone-la-mira-el-consejo-seguridad-siria-n1054336>. Acesso em: 08 jan. 2018.

7 El Observador. Uruguay vuelve al Consejo de Seguridad de ONU tras 50 años, 16/10/2015. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/uruguay-vuelve-al-consejo-seguridad-onu-50-anos-n686221>. Acesso em: 08 jan. 2018.

8 República. Uruguay en el Consejo de Seguridad, 02/01/2016. Disponível em: <http://www.republica.com.uy/uruguay-en-el-consejo/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

9 República. Uruguay preocupado por el terrorismo y mantener la paz, 03/01/2016. Disponível em: <http://www.republica.com.uy/uruguay-preocupado-terrorismo-mantener-la-paz/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

10 El Observador. Qué hizo Uruguay en su primer año en el Consejo de Seguridad de la ONU, 15/01/2017. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/que-hizo-uruguay-su-primer-ano-el-consejo-seguridad-la-onu-n1020170>. Acesso em: 08 jan. 2018.



sua incapacidade de resolver a questão da grave crise humanitária síria. Essa posição crítica materializou-se no rompimento do Uruguai com uma prática antiga do órgão¹⁵, que era a de realizar discussões importantes fora do ambiente oficial de reuniões. Segundo Rosselli, a tradição era realizar sessões nas quais se apresentavam alguns informes e, logo após finalizadas, iniciavam-se consultas informais. Por esse motivo, o representante uruguaio insistiu na necessidade de se expor as posições de cada membro sobre determinados temas nos seus ambientes correspondentes. Isso gerou resistências por parte de outros membros, mas não a ponto de fazer o Uruguai recuar.

Em maio, novamente o problema da Coreia do Norte¹⁶ veio à tona, quando, entre abril e maio, o país realizou testes nucleares. O CSNU emitiu um novo comunicado condenando a atitude norte-coreana, acusando a ação de “desestabilizadora”, e sustentando que os testes eram ilegais e promoviam o aumento das tensões na região. Por fim, a nota informou que o Conselho continuaria monitorando a situação e, caso os testes continuassem, haveria possibilidades de aplicar sanções contra a Coreia do Norte.

Outra questão importante tratada pelo CSNU, durante a presidência uruguaia, foi a situação da Colômbia, para onde se organizou uma missão liderada pelo Uruguai e pelo Reino Unido, com o propósito de apoiar o acordo final de paz. Além disso, ocorreram reuniões sobre a situação da Venezuela¹⁷, requisitadas pela delegação dos EUA cujas justificativas foram as seguintes: alegação de um vínculo entre as violações de direitos humanos e as ameaças à paz e segurança internacionais; importância da agenda de prevenção da ONU; e ameaça de desestabilização regional. A posição uruguaia em relação a esse tema – acompanhada da Bolívia – foi a de que o diálogo é o único caminho possível para resolver a situação venezuelana e que ela deveria ser debatida nos foros regionais competentes, já

15 El Observador. Lo que dejó la participación de Uruguay en el Consejo de Seguridad, 24/12/2017. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/lo-que-dejo-la-participacion-uruguay-el-consejo-seguridad-n1153644>. Acesso em: 04 jan. 2018

16 El Observador. Consejo de Seguridad de la ONU condena pruebas con misiles realizadas por Corea del Norte. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/consejo-seguridad-la-onu-condena-pruebas-misiles-realizadas-corea-del-norte-n1071525>. Acesso em: 12 jan. 2018.

17 Balanço da participação do Uruguai, do primeiro semestre do ano de 2017

que a Venezuela não fazia parte da agenda do Conselho de Segurança e que não consistia em uma ameaça para a paz e a segurança internacionais.

Bolívia no Conselho de Segurança (2017-2018): breve balanço do primeiro ano

Pela terceira vez em sua história, em 2016, a Bolívia foi eleita como uma das representantes sul-americanas no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Como membro não-permanente, a Bolívia atuou no Conselho em 2017 e seguirá em 2018. Anteriormente, o país havia estado no CSNU nos biênios 1965-1965 e 1978-1979. Em 2017, o representante oficial do país no Conselho foi Sacha Sergio Llorenti Sóliz, embaixador boliviano nas Nações Unidas.

Desde antes de iniciar sua representação no Conselho, a Bolívia já emitia declarações a respeito de como seria sua postura dentro da instituição. De acordo com Sacha Llorenti, um dos principais objetivos bolivianos no CSNU é justamente trabalhar para reformá-lo em prol da construção de uma nova ordem mundial sem “invasores ou invadidos”¹⁸. Além disso, a Bolívia também estipulou como meta trabalhar para que a ONU cumpra sua própria carta e sirva como instrumento de justiça social. Mesmo em 2017, a Bolívia seguiu discursando em favor da reforma da instituição: ao assumir a presidência, em junho, Sacha Llorenti declarou que, uma vez presente no CSNU, a Bolívia assumiria um caráter ainda mais anti-imperialista, já que podia denunciar o caráter anacrônico e antidemocrático do Conselho; além disso, reiterou a importância de que os países trabalhassem em cooperação, e reiterou como todos os Estados deveriam estar sob condição de igualdade.¹⁹ Ao estipular que seus debates prioritários no CSNU seriam sobre a manutenção da paz a nível internacional e a situação no Haiti, o corpo diplomático boliviano reiterou sua opção de não levar sua disputa territorial e marítima com o Chile, já que prioriza a solução pacífica de controvérsias e a Corte Interna-

18 LARAZÓN, 19/10/2016. Bolivia quiere construir en la ONU un orden mundial “sin invasores ni invadidos”. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/Bolivia-construir-ONU-invasores-invadidos-embajador-0-2585141550.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

19 TELESUR, 29/07/2017. Bolivia exhorta a reformar Consejo de Seguridad de ONU. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/Bolivia-exhorta-a-reformar-Consejo-de-Seguridad-de-ONU-20170729-0003.html>. Acesso em: 07 jan 2018.



cional de Justiça enquanto instituição para a resolução daquela contenda²⁰.

Dentre os debates no CSNU em 2017, alguns temas se destacaram. Primeiramente, no que tange à situação da República Popular Democrática da Coreia, o apelo boliviano foi para uma solução dialogada e para que os Estados evitassem sanções unilaterais. De modo geral, a posição boliviana foi a de apoiar o diálogo multilateral, materializado principalmente na *Six Part Talks*²¹. Durante o ano, a Bolívia votou a favor das resoluções que estabeleciam sanções multilaterais à Coreia do Norte, assim como os outros membros – as resoluções foram aprovadas por consenso. Destaca-se a resolução 2397, aprovada em dezembro, na qual foram aprovadas as sanções mais duras, relativas à importação de petróleo²². Nesta sessão, apesar do voto favorável às sanções, a Bolívia fez coro à proposta da chinesa e russa de *dual suspension*²³, lamentou sobre as possíveis consequências humanitárias para o país, ressaltou que as sanções não podem ser um fim em si mesmas e reiterou a importância de manter abertos os canais de diálogo²⁴.

A situação no Oriente Médio também foi um dos grandes temas de 2017. No debate sobre a situação na Síria, a política boliviana, no geral, foi acompanhar o posicionamento russo e tecer críticas pesadas à política estadunidense. Em março, junto com a China e com a Rússia, votou contrariamente à resolução que aplicava sanções à produção e ao uso de armas químicas no país²⁵. Em abril, junto

com a Rússia, o país votou contrariamente à resolução proposta pela França, pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido que condenava e pedia investigações sobre a autoria do ataque químico ocorrido na cidade de Idlib²⁶. No mesmo mês, a Bolívia fez uma de suas intervenções mais fortes dentro do Conselho. Após os bombardeios estadunidenses ao país, em resposta a um ataque químico que Donald Trump atribuiu ao presidente sírio, Bashar al-Assad, Sacha Llorenti declarou ao CSNU que os Estados Unidos agiam de forma unilateral na Síria, já que tomaram a medida à revelia do Conselho, que naquele momento debatia uma ação conjunta. Ademais, afirmou que os EUA se consideram ao mesmo tempo “investigadores, fiscais, juízes e executores” quando se trata do Oriente Médio. Llorenti ainda lembrou que a invasão estadunidense ao Iraque em 2003 gerou mais de milhão de mortes e nenhuma arma química fora encontrada e que os EUA desrespeitam os Direitos Humanos em prol de seu intervencionismo. Por fim, Llorenti lembrou que a posição boliviana era a de combate ao uso de armas químicas e que o ataque unilateral estadunidense fora um golpe ao combate a estas²⁷.

Em novembro, a Bolívia, mais uma vez junto com a Rússia, votou contrariamente ao projeto de resolução que renovaria a investigação internacional sobre armas químicas na Síria²⁸. Nesta ocasião, Sacha Llorenti destacou em seu discurso que tal resolução, proposta pelos Estados Unidos, não garantia instrumentos suficientemente transparentes para ser colocada em execução, além de reiterar que a posição dos Estados Unidos no debate sobre o Oriente Médio é desrespeitosa, já que pouco cooperativa²⁹. O principal

20 LARAZÓN, 19/10/2016. Bolivia quiere construir en la ONU un orden mundial “sin invasores ni invadidos”. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/Bolivia-construir-ONU-invasores-invadidos-embajador-0-2585141550.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

21 A Six Part Talks, composta pela Coreia do Norte, Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão, China e Rússia, tem como objetivo estabelecer diálogos em prol de uma solução pacífica das controvérsias a respeito do programa nuclear norte-coreano.

22 ONU, 22/12/2017. Resolution 2397. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2397> (2017). Acesso em: 11 jan. 2018

23 A proposta de dual suspension sugere que tanto a Coreia do Norte quanto os Estados Unidos interrompam simultaneamente seus exercícios militares nas proximidades da península coreana.

24 ONU, 22/12/2017. 2397 Resolution Meeting Report. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.8151. Acesso em: 11 jan. 2018.

25 ONU BRASIL, 13/04/2017. Rússia bloqueia resolução do Conselho de Segurança sobre ataque químico na Síria. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/rus->

[sia-bloqueia-resolucao-do-conselho-de-seguranca-sobre-ataque-quimico-na-siria/](https://nacoesunidas.org/rusia-bloqueia-resolucao-do-conselho-de-seguranca-sobre-ataque-quimico-na-siria/). Acesso em: 10 jan. 2018.

26 ONU BRASIL, 13/04/2017. Rússia bloqueia resolução do Conselho de Segurança sobre ataque químico na Síria. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/rusia-bloqueia-resolucao-do-conselho-de-seguranca-sobre-ataque-quimico-na-siria/>. Acesso em: 09 jan. 2018

27 LA RAZÓN, 07/04/2017. Bolivia dice que EEUU actuó de manera unilateral en ataque a Siria y pide investigación. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/Bolivia-EEUU-manera-unilateral-Siria-0-2687131294.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.

28 REUTERS, 16/11/2017. Russia casts 10th U.N. veto on Syria action, blocking inquiry renewal. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-chemicalweapons/russia-casts-10th-u-n-veto-on-syria-action-blocking-inquiry-renewal-idUSKBN1DG3II>. Acesso em: 11 jan. 2018.

29 ONU, 16/11/2017. Draft resolution S/2017/968 (not adopted) Meeting Report. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2017/20171117.S2017968.html>.



esforço boliviano nesta seção foi a aprovação de uma resolução construída conjuntamente pela Rússia e pela China; no entanto, a resolução foi reprovada. Ainda sobre a situação no Oriente Médio, após a declaração por parte dos Estados Unidos sobre considerar Jerusalém a capital israelense, a Bolívia clamou por uma reunião emergencial do CSNU e condenou com veemência o ato que chamou de desrespeito ao direito internacional³⁰.

Em junho de 2017, a Bolívia exerceu a presidência do Conselho. Por sua incumbência de estabelecer a agenda e convocar reuniões, o país conseguiu colocar em pauta os cinco temas que estabeleceu como prioritários para o mês: a missão no Haiti, águas transfronteiriças, o risco de minas terrestres antipessoais, a não-proliferação de armas de destruição em massa e a questão da Palestina. No total, foram convocadas 41 sessões para o mês junho – mais que o dobro da média mensal³¹. Para a missão no Haiti, foi aprovada em junho de 2017 a resolução 2350, que estabeleceu uma missão de verificação, organizada pela Bolívia e que conta com presença militar boliviana para isso. O objetivo era assegurar o fim da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e o estabelecimento da Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUSJUSTH). Sacha Llorenti também ficou responsável por coordenar as reuniões da Missão com Jovenel Moïse, presidente haitiano³². A sessão sobre águas transfronteiriças foi presidida pelo próprio presidente Evo Morales. Nela, foi enfatizada a importância do tema e da criação de regulações que estimulem a cooperação como solução de controvérsias. A sessão, no entanto, terminou sem a aprovação de resoluções. No que tange ao debate sobre não-proliferação, a Bolívia promoveu uma série de debates – em especial, alinhados com o Comitê 1540³³,

[tps://goo.gl/tmKZJf](https://goo.gl/tmKZJf). Acesso em: 11 jan. 2018.
30 LA RAZÓN, 06/12/2017. Bolivia pedirá reunión del Consejo de Seguridad sobre Jerusalén. Disponível em: <http://www.la-razon.com/mundo/israel-jerusalen-bolivia-capital-0-2832916711.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.
31 Ministerio de Relaciones Exteriores de Estado Plurinacional de Bolivia. Informe de logros de la presidencia de Bolivia en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.bo/ConsejoSeguridad/node/249>. Acesso em: 08 jan. 2018.
32 Ministerio de Relaciones Exteriores de Estado Plurinacional de Bolivia. Actividades de la Misión de visita a Haití del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.bo/ConsejoSeguridad/node/226>, Acesso em: 08 jan. 2018.
33 O Comitê 1540 regula a não-prolifera-

que estará sob a presidência boliviana entre 2017 e 2018. No entanto, o debate não evoluiu para resoluções mais concretas – e as resoluções sobre o assunto ficaram mais restritas ao tema sobre a situação na Coreia do Norte³⁴. Por fim, uma das principais vitórias bolivianas durante o período em que esteve na presidência do Conselho foi a aprovação da resolução 2365, sobre minas antipessoal. De acordo com Sacha Llorenti, esta foi a primeira vez que um documento deste tipo foi aprovado no CSNU, e a negociação para a resolução não foi fácil, já que os países têm posições muito divergentes sobre o tema³⁵.

Considerações finais

Durante os dois anos em que esteve presente como membro não-permanente do órgão, o Uruguai manteve uma postura coerente com seus princípios de defesa da paz e do direito internacional. A diplomacia uruguaia teve participação decisiva no acompanhamento do processo de paz da Colômbia, na postura firme do Conselho em relação aos testes nucleares na Coreia do Norte e ao chamar atenção para uma atuação mais eficiente do órgão na solução da crise humanitária da Síria. Em certa medida, o Uruguai buscou atuar de forma autônoma no CSNU, mas de forma a conciliar posições entre todos os membros por meio de debates abertos e garantir uma solução concreta de problemas complexos, como a crise da Síria.

O aspecto mais importante da presença do Uruguai no Conselho refere-se à sua insatisfação com a maneira como ele funciona. Por isso, em algumas ocasiões, o país adotou um tom crítico à estrutura do órgão, já que entende que ele é pouco transparente e há um grande peso dos países que possuem poder de veto. Desse modo, os representantes uruguaios trabalharam para modificar práticas tradicionais, como as discussões informais que eram realizadas fora das sessões oficiais. A postura da Bolívia no CSNU esteve bastante alinhada aos esforços de sua política

ção de armas químicas, nucleares e biológicas.

34 Ministerio de Relaciones Exteriores de Estado Plurinacional de Bolivia. Bolivia en el Consejo de Seguridad 2017-2018). Disponível em: <https://goo.gl/XeiBvV>. Acesso em: 09 jan. 2018.

35 Ministerio de Relaciones Exteriores de Estado Plurinacional de Bolivia. Bolivia concluye Presidencia en el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas con Aprobación de Resolución sobre Minas Antipersonal. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.bo/ConsejoSeguridad/node/238>. Acesso em: 09 jan. 2018.

externa tradicional. Há uma grande ênfase nos temas sobre a promoção da paz, como a não-proliferação e a solução pacífica de controvérsias; pode-se notar que, na medida em que era coerente com sua política, a Bolívia priorizou o debate multilateral em vez apoiar medidas menos negociadas. Em especial, nota-se isso com a escolha da agenda durante o período em que o país esteve na presidência do Conselho e nos debates sobre a situação na Coreia do Norte.

De forma complementar, também é bastante visível o perfil anti-imperialista de seu posicionamento: nos debates sobre as diversas situações no Oriente Médio, em especial, o posicionamento da Bolívia era de crítica à política externa estadunidense, geralmente adotando discurso que condenava o intervencionismo da grande potência e acompanhando o posicionamento russo. Além disso, nota-se que é um dos traços da política externa boliviana o trabalho em prol da reforma do Conselho, já que a manutenção do poder de veto e dos assentos permanentes pouco ajuda na construção de uma ordem internacional mais justa, de acordo com a política de Sancha Llorenti e Evo Morales.

De modo geral, ao se comparar a atuação de Uruguai e Bolívia no CSNU, verifica-se que ambos estiveram de acordo com as diretrizes tradicionais de suas respectivas políticas externas: a defesa da paz, do direito internacional e dos debates multilaterais como forma de solucionar problemas. Entretanto, observam-se diferenças no modo de atuação no Conselho. Enquanto o Uruguai buscou agir com maior autonomia em relação aos demais membros, mesmo que dentro das suas limitações, a Bolívia articulou-se com outros países, sobretudo a Rússia, para marcar posições. Além disso, o Uruguai adotou uma via de conciliação para obter êxitos na sua segunda participação no Conselho, ao passo que a Bolívia preferiu seguir um caminho de confrontação, principalmente ao discordar das posições dos EUA.

No que diz respeito ao funcionamento do CSNU, ambos manifestaram seu descontentamento com o engessamento da estrutura do organismo, deixando clara a necessidade de realizar mudanças para torná-lo mais transparente. No entanto, a ênfase que ambos deram também foi distinta. Por um lado, o Uruguai sempre manifestou a preocupação em reformar o CSNU, mas de forma branda e buscando o diálogo e o convencimento dos demais acerca dessa necessidade. Por outro, a Bolívia adotou um tom fortemente crítico,

denunciando o caráter anti-imperialista e antidemocrático do órgão, segundo a visão de seus representantes.

Referências

Ministerio de Relaciones Exteriores de Estado Plurinacional de Bolivia. Informe de logros de la presidencia de Bolivia en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.bo/ConsejoSeguridad/node/249>. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Actividades de la Misión de visita a Haití del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.bo/ConsejoSeguridad/node/226>, Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Bolivia en el Consejo de Seguridad (2017-2018). Disponível em:

.Acesso em: 09 jan. 2018.

_____. Bolivia concluye Presidencia en el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas con Aprobación de Resolución sobre Minas Antipersonal. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.bo/ConsejoSeguridad/node/238>. Acesso em: 09 jan. 2018.

Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay. Uruguay en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas: balance del primer semestre del año 2016. Disponível em: https://uruguaycsonu.mrree.gub.uy/sites/uruguaycsonu.mrree.gub.uy/files/final_informe_primer_semestre_uruguay.pdf. Acesso em: 08 jan. 2018.

Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay. Uruguay en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas: balance del primer semestre del año 2017. Disponível em: https://uruguaycsonu.mrree.gub.uy/sites/uruguaycsonu.mrree.gub.uy/files/documentos/informe_primer_semestre_2017_0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

POMI, Renzo; UMPÍERREZ, Alejandra (Orgs.). Uruguay en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas: reflexiones en el marco del primer año de membresía no permanente. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/13380.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. Non-proliferation / Situation in Democratic People's Republic of Korea: 2397 resolution. Nova Iorque, 2017.

_____. Conselho de Segurança. Non-proliferation / Situation in Democratic People's Republic of Korea: 2397 resolution: Meeting Report. Nova Iorque, 2017.

_____. Draft resolution S/2017/968 (not adopted) Meeting Report. Nova Iorque, 2017.



MONITOR ELEITORAL

Eleições Presidenciais do Chile

Murilo Gomes da Costa

Pesquisador OPISA

Talita Tanscheit

Pesquisadora Colaboradora OPISA

Primeiro Turno: o incerto favoritismo de Piñera e a emergência da Frente Ampla

Em 19 de novembro de 2017, foram realizadas as eleições nacionais do Chile, destinadas a definir o Presidente da República e os representantes à Câmara na Câmara dos Deputados, Senado e, ainda, nos Conselhos Regionais – similares às Câmaras de Vereadores – para o período 2018-2022.

Este primeiro turno foi marcado por um questionamento do propalado favoritismo¹ da candidatura de Sebastián Piñera, da coalizão de direita Chile Vamos², e pela acirrada competição entre as candidaturas de centro-esquerda de Alejandro Guillier, da Força da Maioria³, e de Beatriz Sánchez, da Frente Ampla. Piñera obteve 36,6%, Guillier obteve 22,7% e Sánchez obteve 20,3% dos votos, ficando de fora do segundo turno das eleições presidenciais por apenas 2,5%⁴. As cinco demais candidaturas – de Carolina Goic, do Partido Democrata Cristão, José Antonio Kast, independente, Marco Enríquez-Ominami, do Partido Progressista, Eduardo Artés, da União Patriótica, e de Alejandro Navarro, do Partido Amplo de Esquerda Socialista - obtiveram, juntas, 20,4% dos votos.

Dois elementos merecem destaque em relação ao primeiro turno destas eleições. Em primeiro lugar, a divisão da Nova Maioria - coalizão de centro-esquerda de sustentação do

governo de Bachelet - em duas candidaturas: a de Guillier, apoiada por todos os partidos da coalizão à exceção do Partido Democrata-Cristão (PDC), da Esquerda Cidadã e do Movimento Amplo Social, que conformaram a coalizão Convergência Democrática e apoiaram a candidatura de Goic⁵. Esta divisão marca um rompimento histórico entre o Partido Socialista do Chile (PSCh) - o principal partido a apoiar a candidatura de Guillier - e o PDC, que desde a transição à democracia, em 1989, apresentavam-se em uma mesma coalizão às eleições presidenciais. Em segundo lugar, destaca-se a emergência de uma nova coalizão, a Frente Ampla⁶. Ao contrário do divulgado pelas pesquisas de intenção de voto, não só a candidatura de Sánchez obteve um resultado surpreendente, como também as candidaturas ao Congresso Nacional: a coalizão elegeu 20 representantes à Câmara dos Deputados e uma candidatura ao Senado, recebendo respectivamente 16,5% e 11,07% dos votos. Além disto, as candidaturas eleitas da Frente Ampla resultaram em uma renovação jovem e feminina no Chile: a média de representantes eleitos/as é de 38 anos, 7 são mulheres, 15 possuem menos de 40 anos e 13 tem menos de 35 anos.

Este resultado positivo tem, como pano de fundo, o fato desta ter sido a primeira disputa eleitoral em nível nacional sob um sistema eleitoral proporcional inclusivo e sob a Lei de cotas, que obriga a inscrição de 40% de mulheres nas listas ao Legislativo apresentadas pelos partidos políticos. Além do surpreendente desempenho da Frente Ampla, a representação feminina saiu de 15,8 para 22,5% no Congresso Nacional.

Em relação às eleições parlamentares,

⁵ Estadão, 16/11/2017. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,direita-chega-como-favorita-para-eleicoes-presidenciais-no-chile,70002086069>

⁶ Convém mencionar que a Frente Ampla se originou de “setores que dirigiram o movimento estudantil de 2011, quer dizer, em particular, dos jovens convertidos posteriormente em deputados, como: Gabriel Boric e Giorgio Jackson. A Frente Ampla reagrupa um espectro amplo e heterogêneo, que vai desde o centro liberal até várias organizações da esquerda radical, como: a “Igualdad” ou a “Izquierda Libertaria”. Trata-se de uma coalizão globalmente anti-neoliberal, que representa uma espécie de Front de Gauche (como existe na França) ou do Podemos (como no Estado espanhol) à chilena, mas que apresenta dificuldades para implantar-se, verdadeiramente, no seio das classes populares”. (Gaudichaud, 2017). Disponível em: <http://www.insurgencia.org/eleicoes-presidenciais-no-chile-um-primeiro-turno-cheio-de-surpresas/>

¹ Ver, por exemplo, a última pesquisa de intenções de voto do segundo turno das eleições presidenciais realizada pelo Instituto CADEM, em que Piñera liderava a corrida presidencial com 42% dos votos, contra 21% de Guillier e apenas 14% de Sánchez. Disponível em: <http://www.latercera.com/noticia/cadem-pinera-se-mantiene-doble-intencion-voto-guillier/>. Acesso em 14/01/2018.

² Integram a coalizão os partidos União Democrática Independente, Renovação Nacional, Evolução Política e Partido Regionalista Independente.

³ Integram a coalizão o Partido Radical Social Democrata, o Partido Socialista do Chile, o Partido Comunista do Chile e o Partido Pela Democracia.

⁴ Gazeta do Povo, 21/11/2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/o-chile-e-a-america-latina-dd51db56f9bvfjsfet4kwjnw3b>

o Congresso Nacional terá a seguinte composição. Na Câmara dos Deputados, dos/as 155 deputados/as, serão 72 da Chile Vamos, 43 da Força da Maioria, 20 da Frente Ampla, 14 do PDC, 5 do Partido Progressista e outros 5 de outros partidos. No Senado, em que seriam eleitos 23 senadores/as dos/as 43, serão 19 do Chile Vamos, 14 da Força da Maioria, 6 da Convergência Democrática, 1 do Por Todo Chile, 1 da Frente Ampla, e outros 2 de outros partidos.

Por fim, destaca-se, em relação ao primeiro turno: (i) ter sido a primeira eleição em que a população do Chile residente no exterior pôde votar: das 320 mil pessoas, 39 mil registraram-se para votar; (ii) o alto nível de abstenção que vem caracterizando as eleições no Chile: se em 2013 a abstenção no primeiro turno beirou os 49%, em 2017 ela foi ainda maior, chegando a pouco mais de 53% dos votos e colocando o Chile entre os países com maior redução na participação política em eleições. Apesar participação eleitoral no Chile cair continuamente desde 1993, em seguida à transição à democracia, foi em 2013 que as cifras de abstenção dispararam, quando o voto passou de obrigatório a voluntário⁷.

Segundo Turno: Chilenos decidem entre Guillier e Piñera

O segundo turno – que ocorre quando nenhuma das candidaturas alcança mais de 50% dos votos - foi marcado por uma disputa acirrada entre Piñera e Guillier, que buscou o apoio das candidaturas de centro e de centro-esquerda de Sánchez, de Goic, que obteve 5,88% dos votos, e de Ominami, que obteve 5,71% dos votos. Com uma diferença de 14 pontos percentuais no primeiro turno (e não dos mais de 20 pontos apontados pelas pesquisas de intenção de voto)⁸ o apoio das candidaturas derrotadas impôs-se como fundamental para uma possível vitória de Guillier. Piñera, que recebeu o apoio da candidatura de direita de Kast, com 7,9% dos votos no primeiro turno, realizou um amplo movimento ao centro. Necessitando de menos votos que Guillier, além de consolidar o voto do eleitorado de direita, o candidato aproximou-se de um eleitorado mais moderado por meio de um discurso que se comprometia, no segundo turno, a não retroceder radicalmente das refor-

mas realizadas por Bachelet e a avançar na temática da gratuidade universitária, a qual era originalmente contra⁹.

Guillier, por sua vez, realizou um movimento à esquerda, visando alcançar especialmente o eleitorado de Sánchez, comprometendo-se com a agenda da coalizão relacionada à reforma educacional e com o fim das Administradoras dos Fundos de Pensão (AFP) do Chile, que impedem uma reforma da previdência destinada à construção de um sistema previdenciário público. Não por acaso o ex-presidente do Uruguai, Jose Pepe Mujica, tido como a liderança de maior carisma pela esquerda na América do Sul, participou de seu comício de encerramento¹⁰.

Em seu posicionamento oficial, a Frente Ampla conclamou o voto contrário à Piñera e as suas principais lideranças realizaram declarações de voto em Guillier, como o deputado Giorgio Jackson, que foi reeleito ao Legislativo com mais de 90.000 votos e consagrou-se como o deputado mais votado do Chile nestas eleições.

Ainda que o desempenho de Piñera tenha ficado abaixo das expectativas no primeiro turno, o seu favoritismo inicial foi confirmado no segundo turno das eleições presidenciais, realizado em 17 de dezembro de 2017. Já a sua busca por um eleitorado de centro rendeu os resultados esperados: a candidatura de Piñera obteve 54,6% dos votos e a candidatura de Guillier obteve 45,6% dos votos, consagrando-se facilmente vitoriosa. Destaca-se, em relação aos resultados eleitorais, uma ligeira redução da abstenção no segundo turno, que chegou aos 50,98%.

Ao fim deste próximo mandato de Piñera, em 2023, serão cumpridas 16 anos de alternância com Bachelet na Presidência. Sem maioria no Parlamento, Piñera precisará buscar apoio de parlamentares progressistas moderados, tornando incerta a profundidade das mudanças na orientação das políticas a serem adotadas no país no próximo período.

O Chile pós-Bachelet: o que esperar

O retorno de Piñera à Presidência do Chile ocorre em um contexto de emergência de novos governos de direita na América do

7 CADEM, 27/11/2017. Disponível em: <https://www.cadem.cl/prensa/la-tercera/>

8 Brasil, El País, 20/11/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/19/internacional/1511130326_196094.html

9 El País, 18/12/2017, Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/12/18/america/1513622747_282222.html

10 El Mostrador, 13/12/2017. Disponível em: <http://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2017/12/13/pepe-mujica-llega-a-chile-para-es-tar-presente-en-cierre-de-campana-de-guillier/>



Sul, marcado pela eleição de Mauricio Macri na Argentina, em 2015, e pela questionada destituição de Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016, e sua consequente substituição pelo atual presidente Michel Temer.

Em relação à política doméstica, em que pese a incerteza sobre o grau de mudança em suas políticas para o próximo período, pode-se esperar um governo similar ao de seu mandato anterior, entre 2009-2013, e de seu vizinho, Macri – que declarou apoio à Piñera ainda no primeiro turno, gerando um mal-estar diplomático. Isto significa que o novo governo Piñera deve ser marcado por cortes em gastos sociais, justificados como parte de uma agenda de equilíbrio fiscal. Dentre as propostas do governo eleito, destacam-se o objetivo de tornar o Chile membro do grupo de países desenvolvidos até 2025, e as iniciativas que visam dialogar com o eleitorado de centro, como a manutenção da gratuidade para quem já desfruta dela e o aumento da mesma para 90% dos estudantes de institutos de formação técnica com menos recursos. Também se propõe a alcançar o acesso universal e gratuito à educação infantil e a criar um “Ministério da Família”¹¹.

No tocante ao relacionamento com os países limítrofes, o presidente Piñera ressaltou o aprofundamento do comércio e a promoção da livre circulação de bens, pessoas e capitais como foco das relações com a Argentina e com o Peru, inclusive afirmando o apoio à entrada desses países na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Chile é membro desde 2010. Em relação à Bolívia, o governo apenas menciona em seu programa a importância de se estabelecer uma relação bilateral pacífica para a resolução do contencioso sobre a saída ao mar, questão que é atualmente disputada pela Bolívia na Corte Internacional de Justiça¹².

Nesse imediato pós-eleição, o que se pode esperar sobre o futuro governo Piñera na atuação externa do país é a intenção de continuar com a estratégia de firmar tratados bilaterais de livre comércio e avançar na harmonização de regras para o comércio e investimento no âmbito da Aliança do Pacífico, em uma aposta de buscar relações fora da América do Sul, tendo já sinalizado interesse na China e na

Índia, em um claro movimento de distanciamento do Mercosul¹³.

O início do mandato de Piñera será marcado pelo escândalo, recém-divulgado, da manipulação de informação e dados nos relatórios do Banco Mundial. Segundo informou o economista chefe do Banco Mundial, Paul Romer, houve medições “injustas e enganosas” realizadas pela instituição nos últimos anos, e que foram “potencialmente contaminadas pelas motivações políticas do pessoal do Banco Mundial”¹⁴. O economista cita com ênfase o caso do Chile, ressaltando dentre os dados manipulados, o ranking de competitividade empresarial. Segundo ele:

(...) a atual presidenta Michelle Bachelet já havia governado o país durante os anos de 2006 e 2010, e nesse período a posição chilena nesta medição sofreu uma queda abrupta – do 25º lugar ao 57º. Curiosamente, Piñera também foi o seu sucessor depois daquele mandato, e foi presidente entre 2010 e 2013, período em que o Chile recuperou magicamente sua posição no mesmo ranking, retornando à 34ª posição, para voltar a sofrer quedas a partir de 2014, justamente quando Bachelet retornou ao Palácio de La Moneda¹⁵.

De 2015 para 2016, o Chile caiu para a 120ª posição no ranking. Outros dados manipulados, que também são preocupantes, foram os relativos às taxas de pobreza da população chilena, informações que foram bastante utilizadas por Piñera, na última campanha eleitoral, e que foram publicadas no ano passado pelo Banco Mundial, que apontava um crescimento da pobreza no Chile. Tendo isto em vista, e concluindo que, em que pese a relativa estabilidade do sistema político chileno, ao que parece há interesses maiores sobre a América do Sul, com um claro favorecimento dos atores externos à retomada de governos de direita na região sul-americana.

11 Conjuntura Latitude Sul, N°12, dezembro de 2017. Disponível em: <http://lat-sul.org/wp-content/uploads/2018/01/Conjuntura-Latitude-Sul-n.12-Dezembro-2017.pdf>

12 Valor, 23/03/2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/3057540/bolivia-vai-tribunal-internacional-com-demanda-contra-o-chile>

13 Ferreira, Guilherme; Gonçalves, Julia de Souza Borba. A vitória de Piñera nas eleições presidenciais chilenas e as perspectivas para a América do Sul. Observatório Regionalismo. Disponível em: observatorio.repri.org/artigos/eleicoes-presidenciais-chile-2017/

14 Carta Maior, 14/01/2017. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Banco-Mundial-admite-que-manipulou-informacoes-para-favorecer-politicamente-a-direita-no-Chile/6/39124>

15 Idem

